

CPI DO JUDICIÁRIO

Advogado denuncia superfaturamento de obras do TRT do Rio de Janeiro

Vice-presidente do Sindicato dos Advogados informa que irregularidades – que incluem ainda contratações sem licitação e desaparecimento de processos administrativos – foram apuradas em sindicância suspensa por liminar da Justiça Federal

Souto e Tebet ouvem o depoimento de Wadih Damous. Ele disse que sindicância foi interrompida por liminar da Justiça Federal



Contratações sem licitação, superfaturamento de obras e desaparecimento de processos administrativos foram irregularidades atribuídas ao Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ) pelo vice-presidente do Sindicato dos Advogados, Wadih Damous Nemer Filho. Ele depôs na CPI e informou que problemas nas obras das juntas de conciliação e julgamento de três cidades são de conhecimento do Tribunal de Contas da União.

PÁGINA 3

CPI DOS BANCOS

Senado quebra sigilo de empresa ligada ao Marka

A CPI do Sistema Financeiro decidiu ontem quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico da Teletrust Recebíveis, empresa ligada ao Banco Marka, um dos alvos das investigações. A empresa teria realizado operações

para encobrir lucros de grandes bancos, segundo o relator da comissão, senador João Alberto. Ele informou também que a Polícia Federal já está ouvindo pessoas ligadas à Teletrust. Hoje não haverá depoimentos na CPI.

PÁGINA 5

Voto de pesar pela morte de Dias Gomes

PÁGINA 4



Ao lado do senador Antonio Carlos, o próximo presidente do STF disse à imprensa que considera o comportamento da CPI "discreto"

ACM e Velloso apóiam reforma do Judiciário

O futuro presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Velloso, veio convidar o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para a sua posse, no dia 27 próximo. Os dois deram declarações em defesa da reforma do Judiciário. "É um assunto que me agrada muito", disse Velloso. "Se fizermos uma reforma, todos ganharão", afirmou Antonio Carlos.

PÁGINA 5

COMISSÕES

CAE

Projeto sobre precatórios vai a exame da CCJ

PÁGINA 6

CRE

Aprovado nome de embaixador na Arábia Saudita

PÁGINA 5

CE

Novas normas para estágios de estudantes

PÁGINA 6

Plenário vota em segundo turno extinção de classistas

Proposta de emenda constitucional que muda a Justiça do Trabalho foi aprovada na primeira votação por 56 votos contra 10

O plenário do Senado deve votar hoje, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que extingue a figura do juiz classista. Os senadores aprovaram em primeiro turno, no dia 5, o substitutivo do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), modificado por emenda do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que reduz o número total de ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de 27 para 17. A PEC recebeu 56 votos a favor, 10 contra e quatro abstenções. Se aprovada

em segundo turno, seguirá para apreciação da Câmara dos Deputados.

O substitutivo altera quatro artigos da Constituição referentes à Justiça do Trabalho. Assim, o TST passaria a ser composto por 17 ministros togados e vitalícios, 11 deles escolhidos dentre juizes dos tribunais regionais do Trabalho. No lugar das atuais juntas de conciliação e julgamento, a PEC prevê a instituição das varas do Trabalho, cujas jurisdições serão exercidas por juizes singulares. Os

atuais ministros e juizes classistas temporários do TST, dos TRTs e das juntas de conciliação e julgamento poderão cumprir seus mandatos integralmente.



Jefferson Péres é autor do substitutivo

CAS realiza audiência pública sobre fumo e bebidas

Sob a presidência do senador Osmar Dias (PSDB-PR), a Comissão de Assuntos Sociais realiza hoje, às 9h, audiência pública para discutir os problemas causados pelo consumo de fumo e bebidas alcoólicas e a influência da propaganda desses produtos sobre os hábitos da população.

Requerida pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), a audiência terá como convidados representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde, do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, do Conselho Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e TV, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dos Alcoólicos Anônimos e do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária.

Após a audiência pública, a CAS deve realizar sessão para examinar uma pauta de oito itens, entre eles projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas; projeto de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem; e projeto dos senadores Geraldo Melo (PSDB-RN) e José Agripino (PFL-RN) que institui tarifa social de energia para consumidores de baixa renda.

CCJ discute novas normas para partidos e reeleição

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado reúne-se hoje, às 10h30, para examinar uma pauta de dez itens, entre eles projetos referentes à reforma política. Deverá ser apreciada iniciativa do senador José Agripino (PFL-RN) que veda aos partidos que não tenham caráter nacional o acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de propaganda gratuita no rádio e na TV. O relator da matéria é o senador Edison Lobão (PFL-MA), que apresentou parecer favorável, com duas emendas de redação.

José Agripino, também presidente da comissão, diz que seu projeto contribui para o aperfeiçoamento das instituições político-partidárias. No último dia 12, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou voto em separado à matéria.

Também deverá ser examinado projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que altera a Lei dos Partidos Políticos, fixando novos prazos de filiação partidária para quem deseja disputar eleição. Ele estabelece em um ano o prazo mínimo para o caso de eleitor filiado a partido político pela primeira vez, e em quatro anos para quem já foi filiado a outro partido. O relator da matéria, Sérgio Machado (PSDB-CE), elaborou parecer favorável à iniciativa.

Outro item da reforma política sujeito a deliberação é a proposta de emenda constitucional do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que suprime a reeleição para prefeitos e estabelece a exigência de desincompatibilização dos ocupantes de cargos de governador e presidente da República e seus respectivos vices, candidatos à reeleição, seis meses antes do pleito. O parecer do relator, Jefferson Péres (PDT-AM), é pela aprovação da emenda.



José Agripino quer definir regras para partidos políticos

Comissão de Orçamento examina relatórios

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, presidida pelo deputado Lael Varella, reúne-se hoje, às 10h, na Câmara dos Deputados, para apreciar, entre outros itens, relatório referente à BR-174, no trecho da divisa Amazonas/Roraima. O voto do relator, deputado José Lourenço, é pela autorização da liberação

normal dos créditos orçamentários.

Outra matéria na pauta é a análise do relatório que trata da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, sobre o metrô de Belo Horizonte, no trecho Calafate/Barreiro. O parecer do relator, deputado Márcio Reinaldo Moreira, também é pela autorização da liberação dos créditos.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

11h - Recebe o governador do Mato Grosso do Sul, José Ovídio Miranda dos Santos
15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão em segundo turno do substitutivo à *PEC nº 63/95, que extingue a figura dos juizes classistas na Justiça do Trabalho; e *Requerimento nº 224/99, do senador Osmar Dias, solicitando, a tramitação conjunta dos PLSs nºs 188 e 216 de 1999, por versarem sobre a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo território nacional.

COMISSÕES

9h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública - discussão sobre os problemas causados pelo consumo de bebidas alcoólicas e fumo e as influências da propaganda sobre os hábitos da população.
Convidados: Representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde, do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - Cedrib, do Conselho Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente - Conanda, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e TV - Abert, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, dos Alcoólicos Anônimos e do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária - Conar.

Após a audiência pública, deverão ser apreciadas as seguintes matérias: Emendas nºs 1 e 2, oferecidas em plenário, ao substitutivo do Senado ao *PLC nº 94/94; *PLC nº 24/98, que dispõe sobre piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas, alterando dispositivos da Lei nº 3.999/61; *PLS nº 54/99, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso; *PLS nº 112/99, que altera a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma; *PLS nº 118/99, que institui a tarifa social de energia elétrica para consumidores de baixa renda; *PLS nº 132/99, altera o art. 39 da Lei nº 4.886/65, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos; e *PLS nº 161/99, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta nº 1: Apresentação, discussão e votação dos relatórios apresentados às seguintes matérias: *PL nº 001/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do gabinete do ministro Extraordinário de Política Fundiária, crédito suplementar no valor de R\$ 95 milhões; *Mensagem nº 312/99, referente à BR-174/RR - divisa AM/RR - Marco BV-8; e *Mensagem nº 312/99, referente ao metrô de Belo Horizonte-trecho Calafate-Barreiro.

Pauta nº 2: *Requerimento nº 002/99, do deputado Giovanni Queiroz, solicitando, que a Subcomissão Temporária encarregada de examinar a aprovação de recursos para o TRT de São Paulo analise também a aprovação de recursos para o TRT de Rondônia. *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II) da Câmara dos Deputados*

10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesas; *PR nº 39/99, que convalida os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas Resoluções nº 44/98 e 45/98, do Senado Federal, e fixa critérios para a renovação das obrigações financeiras vincendas; *PLC nº 7/99, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - Abin; *PLS nº 180/99, que altera a redação dos arts. 41 e 48 da Lei nº 9.096/95 e do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.504/97, revoga o art. 57 da Lei nº 9.096/95, a fim de vedar o acesso dos partidos que não tenham caráter nacional aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de rádio e televisão; *PLS nº 187/99, que modifica a Lei nº 9.096, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; *PEC nº 10/99, que dá nova redação ao § 5º do art. 14 da Constituição federal, suprimindo a reeleição para prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos; *PLS nº 57/99, que altera o art. 150 da Lei nº 4.737 de 15/7/65, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico; *PLC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935, de 18/11/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispoendo sobre serviços notariais e de registro; *PLC nº 22/99, que estabelece normas para organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal; e *PLS nº 10/99, que altera dispositivos da Lei nº 6.811/80, que dispõe sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o art. 20 do Decreto-lei nº 115/67, alterado pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 246/67. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*

17h - CPI do Judiciário

Oitavas: Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, deputado Renato Simões; e jornalista da revista IstoÉ, Mário Simas Filho. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Quinta-feira (20.05.99)

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à *PEC nº 21/97, que altera, entre outros dispositivos, o art. 192, que trata do sistema financeiro nacional; e *PDL nº 4/99, que aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Brasil e o Governo da Indonésia.

Sexta-feira (21.05.99)

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quinta-feira (20.05.99)

10h - CPI do Sistema Financeiro

Convidado: Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueias Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Advogado aponta irregularidades no TRT-RJ

Contratações sem licitação, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento em obras no Tribunal Regional do Trabalho são denunciados pelo vice-presidente do Sindicato dos Advogados do Rio de Janeiro

O advogado Wadiah Damous Nemer Filho denunciou ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário a existência de contratações sem licitação, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro, principalmente durante a gestão do então presidente José Maria de Mello Porto, entre 1992 e 1994.

O depoente, que é vice-presidente do Sindicato dos Advogados do Rio de Janeiro, disse ainda que o ex-presidente do TRT realizou uma campanha de promoção pessoal, com *showmícios* e a distribuição de faixas, adesivos para carros e até *outdoors* com *slogans* associados a Mello Porto no estado.

— Em nosso ponto de vista, isso atenta contra o Poder Judiciário — afirmou Damous, que durante seu depoimento esteve acompanhado de seu colega de sindicato, o advogado Mário Sérgio Pinheiro.

Segundo Damous, o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Almir Pazzianotto, do Tribunal Superior



Observado pelo presidente da CPI, Ramez Tebet, o advogado Wadiah Damous (D) disse que a sindicância foi interrompida por liminar da Justiça Federal no Rio de Janeiro

do Trabalho, foi acionado por associações de magistrados e advogados e determinou a retirada de cartazes, adesivos e *outdoors*. O corregedor solicitou ainda abertura de inquérito para apurar a responsabilidade pelo material. Porém, disse o depoente, dias depois, diante de resposta do TRT fluminense de que as providências já teriam sido cumpridas, Pazzianotto mandou arquivar o processo.

O fato mais grave apontado por Damous foi a suspensão da sindicância aberta pelo próprio TRT e conduzida

pelos juízes Dóris Castro Neves, Ivan Dias Rodrigues Alves e Amélia Valadão Lopes. Aberta inicialmente para apurar o desaparecimento de processos administrativos, a sindicância acabou realizando uma investigação completa sobre outras irregularidades, como superfaturamento em obras e licitações irregulares. Por decisão liminar da Justiça Federal de Primeira Instância, datada de maio de 1995, a sindicância foi interrompida e até hoje não houve decisão sobre o mérito da ação.

Para o relator da CPI, senador Paulo

Souto (PFL-BA), a União e o TRT, partes interessadas na realização da sindicância, deveriam ter recorrido da decisão da Justiça Federal.

Além da sindicância e das ações junto à Corregedoria da Justiça do Trabalho, o Tribunal de Contas da União (TCU) recebeu representações sobre irregularidades cometidas pela administração do TRT. Em uma decisão, tomada em fevereiro deste ano, o TCU teria concluído que contratos para a construção de juntas de conciliação e julgamento em São João do Meriti, Nova Iguaçu e Niterói estariam viciados, estabelecendo a aplicação de multa. Dessa forma, foi determinada uma tomada de contas especial sobre os gastos do TRT no ano de 1994, que até hoje não foi apreciada pelo TCU.

O contrato celebrado entre a empresa Access e o TRT para a realização de concursos públicos também foi questionado pelo TCU. A empresa realizou, entre 1993 e 1994, seis concursos públicos sem que houvesse a prestação de contas do dinheiro arrecadado com taxas de inscrição, que chegava a até R\$ 900 mil por concurso.



Souto é autor do requerimento de convocação de testemunhas do caso do Consórcio Itapemirim

Desaparecimento de herança será investigado

A CPI do Judiciário aprovou por unanimidade requerimento apresentado pelo seu relator, senador Paulo Souto, convocando Miramar da Silveira Rocha e Luiz Otávio Amaral para prestarem depoimento amanhã sobre o caso de Luiz Gustavo, órfão do ex-proprietário do Consórcio Itapemirim, Washington Nominato. A criança viu sua herança de cerca de US\$ 30 milhões desaparecer enquanto era administrada pela Justiça.

Miramar da Silveira Rocha é a mãe da criança e Luiz Amaral defendeu Miramar no início do processo que terminou nomeando como inventariante o sócio minoritário de Washington, Wellington Pereira, que detinha apenas 2% do consórcio.

Além de inventariante de Luiz Gustavo, Wellington Pereira também assumiu a gerência do Consórcio Itapemirim. Segundo declarações do advogado à imprensa, quando Wellington assumiu a empresa, ela era o segundo maior consórcio nacional. Após quatro anos sendo administrado pelo ex-sócio e depois pela comissão administrativa do inventário, o consórcio terminou sendo liquidado pelo Banco Central.

Repórter da IstoÉ e deputado depõem

A Comissão Parlamentar de Inquérito que está apurando denúncias de irregularidades no âmbito do Poder Judiciário ouvirá hoje, a partir das 17 horas, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, deputado Renato Simões, e o jornalista Mário Simas Filho, da revista *IstoÉ*. Eles depoem sobre o caso de adoções internacionais suspeitas de crianças, ocorridas em Jundiaí (SP).

Suspensão de investigação surpreende

Logo após a primeira reunião destinada à investigação de denúncias de irregularidades no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, o relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto, disse que ficou impressionado com a suspensão de várias ações que tinham como objetivo esclarecer denúncias envolvendo o ex-presidente do TRT-RJ, juiz José Maria de Mello Porto.

— O advogado Wadiah Damous Nemer Filho deixou claro que alguns dos procedimentos para investigar as irregularidades não prosseguiram, e que as pessoas que ousaram denunciar estão sendo objeto de ações muito rigorosas por danos morais, num processo semelhante à intimidação — comentou Paulo Souto.

O senador afirmou que a CPI tomará uma posição rigorosa para esclarecer por que as investigações não foram concluídas. Ele afirmou que o advogado Wadiah Damous, em seu depoimento, não esgotou o assunto mas trouxe informações fundamentadas que merecem uma apuração mais profunda.

Além das denúncias de promoção pessoal pelo ex-presidente Mello Porto, Paulo Souto lembrou que o advogado Wadiah Damous também levantou suspeitas sobre a venda de votos por juízes do tribunal e a venda de vagas de juízes classistas a representantes de sindicatos.

Jornalista denunciou negociação de votos

Durante seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário, o advogado Wadiah Damous destacou que o jornalista José Eduardo Homem de Carvalho, do *Jornal do Brasil*, prestou depoimento ao Ministério Público denunciando a venda de votos e de vagas de juízes classistas no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro.

O jornalista teria gravado conversas

entre juízes classistas em que a negociação dos votos, por R\$ 30 mil, fica evidente. O processo que investiga as denúncias de Homem de Carvalho, disse Damous, está parado desde 1996, quando as fitas foram enviadas para perícia.

Outro indício de comércio de votos no TRT, segundo o advogado, foi a prisão em flagrante de assessor do tribunal, Daniel Monteiro de Andrade, por pedir R\$ 3 mil em troca de liminar para

embargar leilão de imóvel de propriedade do cantor Tim Maia.

Entre as irregularidades, Damous listou a nomeação de juízes classistas indicados por sindicatos “meramente cartorários”, como sindicato dos treinadores de cavalos. Em um dos casos, o ex-presidente do TRT, juiz José Maria de Mello Porto, teria assinado a recondução de uma pessoa condenada a dois anos de prisão por rufianismo.

Geraldo Althoff diz que TST foi passivo

Para o senador Geraldo Althoff (PFL-SC), os fatos ocorridos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, narrados pelo advogado Wadiah Damous na CPI do Judiciário, demonstram a passividade da Corregedoria da Justiça do Trabalho. O senador disse que a atitude do Tribunal Superior do Trabalho, nesse caso, coincide com aquela tomada — pelas mes-



Althoff questiona decisão de não apurar denúncia contra juiz

mas pessoas — em relação ao TRT da Paraíba.

Segundo o advogado, o corregedor e ministro do TST, Almir Pazzianotto, não levou adiante inquérito para apurar as responsabilidades sobre a promoção pessoal do ex-presidente do TRT fluminense, juiz José Maria de Mello Porto.

Ao senador Jefferson Péres (PDT-AM), o depoente disse que até o momento não foi

possível apurar quem pagou os *outdoors* em que o juiz aparece. O ex-presidente do tribunal, continuou o advogado, teria se defendido alegando que os cartazes são homenagens de amigos, sobre os quais não tem ingerência.

Damous também criticou a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Rio de Janeiro, diante das denúncias de fraudes no TRT do estado. Em diálogo com o senador Djalma Bessa (PFL-BA), ele disse que a OAB-RJ foi omissa em relação a todos os fatos.

Juízes são chamados para falar sobre sindicância

Por requerimento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a CPI do Judiciário decidiu convocar os três juízes do TRT-RJ responsáveis pela sindicância interna que detectou licitações viciadas e superfaturamento em obras realizadas na administração do ex-presidente do tribunal, juiz

José Maria de Mello Porto. São eles: Dóris Castro Neves, Ivan Dias Rodrigues Alves e Amélia Valadão Lopes.

Os senadores membros da CPI também irão ouvir, a pedido de Suassuna, o jornalista José Eduardo Homem de Carvalho, que investigou a venda de votos e vagas de juízes classistas naquele tribunal.

Outro requerimento, de José Eduardo Dutra (PT-SE), pediu o depoimento do procurador da República Daniel Sarmiento. Os processos do Tribunal de Contas da União (TCU) referentes ao TRT devem chegar à CPI por força de requerimento da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), aprovado pela comissão.

Senado aprova voto de pesar por Dias Gomes

Requerimento do senador Edison Lobão recebe apoio do plenário, que lamenta perda do escritor, dramaturgo e membro da Academia Brasileira de Letras, famoso por novelas como *O Bem Amado* e *Saramandaia*

O plenário aprovou ontem voto de profundo pesar pela morte do dramaturgo, escritor e novelista Alfredo Dias Gomes, ocorrida de madrugada, em um acidente de trânsito, na cidade de São Paulo. De acordo com o requerimento do senador Edison Lobão (PFL-MA), o Senado determina que sejam enviadas condolências à família do escritor, à Academia Brasileira de Letras, na qual Dias Gomes ocupava a cadeira 21, e à Rede Globo de Televisão, que exibiu suas novelas desde fins da década de 60.

Ao justificar o requerimento, Lobão disse que o falecimento de Dias Gomes representa um grande "desfalque para as artes brasileiras". O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a contribuição do escritor para a melhoria do nível da televisão brasileira. A líder do Bloco Oposição, senadora Marina Silva (PT-AC), disse que o trabalho de Dias Gomes simbolizou a possibilidade de se produzir "uma cultura popular de qualidade, com reflexão e questionamento, levando as pessoas a pensarem".

O senador Roberto Freire (PPS-PE)



Em plenário, senadores lamentaram a morte de Dias Gomes, cuja obra foi muito elogiada

destacou a atenção de Dias Gomes aos temas políticos. "Ele denunciou as nossas estruturas sociais injustas, utilizando-se dos mais diversos instrumentos de comunicação que lhe chegaram às mãos — teatro, literatura, rádio, cinema e TV", comentou. Segundo Freire, o objetivo de Dias Gomes, com quem o senador conviveu no antigo Partido Comunista Brasileiro, era fazer uma arte que fosse entendida por qualquer pessoa, "e que esta se interrogasse sobre seu cotidiano, e assim ganhasse consciência para agir no sentido das mudanças".

— Questionando o dia-a-dia dos brasileiros, o autoritarismo, a opressão, o jeitinho de enganar, a falta de liberdade, as dificuldades de sobrevivência, Dias Gomes revelou o mais profundo do nosso país e da alma de todos nós — afirmou.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que Dias Gomes sempre se posicionou a favor das grandes causas. "Ele era povo, se sentia povo e conversava com o povo", frisou. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) manifestou o sentimento "de pesar do povo do estado do Rio de Janeiro", onde vivia o escritor.

Távola ressalta trabalho de engajamento da obra

A morte de Dias Gomes foi lamentada pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), "como parlamentar, brasileiro e amigo". O senador fez uma análise da carreira de Dias Gomes e destacou o engajamento político-ideológico de sua obra e sua capacidade permanente de luta.



Távola: "Luta de classes no centro das preocupações"

"Ele pertenceu à geração do pós-guerra, que tinha no engajamento da obra a razão de ser da mesma", observou Távola.

O senador lembrou a vasta obra de Dias Gomes no teatro, no rádio, na literatura e na TV, onde consagrou-se como autor com a telenovela *O Bem Amado* e os personagens caricatos que habitavam a cidade de Sucupira. "Dias Gomes tinha a capacidade de situar suas obras num microsistema que reproduzia um macrosistema. *O Bem Amado* é a síntese de sua obra, utilizando o humor, a sátira e os conflitos. Ele tinha a luta de classes no centro de suas preocupações", explicou o senador.

Em aparte, o senador Roberto Freire (PPS-PE) lamentou a "perda pessoal" e lembrou que teve a participação de Dias Gomes em sua campanha à Presidência da República. O senador Jefferson Pé-

res (PDT-AM) disse que Dias Gomes foi um crítico dos costumes sociais e que, na reunião de ontem da CPI do Judiciário, havia assistido a uma fita de vídeo que lhe lembrou cenas de Sucupira. "A dramaturgia brasileira sofreu uma perda enorme", concluiu Jefferson.

Artur da Távola revelou que Dias Gomes teve a idéia de escrever *O Bem Amado* em oposição ao então governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, que pretendia fazer um cemitério vertical, projeto logo abandonado. O senador lembrou também de expressões utilizadas pelo principal personagem de *O Bem Amado*, o prefeito Odorico Paraguaçu, como *badernistas* (baderneiros, alusão à oposição), *ladroísmo* (ladroagem, roubalheira), *calunista* (caluniador), *trintaoitice* (ameaça com revólver calibre 38), *cachacista* (cachaceiro, bêbado), *desmiolamento* e *supositórios* (suposições).

Em *O Bem Amado*, disse Távola, Dias Gomes criticava a centralização ditatorial da época, com uma oposição caricata que sempre era esmagada por um prefeito que se perpetuava no poder e só se preocupava com a inauguração do cemitério e com a diversão sexual que mantinha com as irmãs Cajazeiras. Távola acrescentou que *O Bem Amado* coincidiu com um momento importante da televisão brasileira, em que os avanços tecnológicos permitiram sair dos estúdios e mostrar o Brasil.

Alcântara: elogios ao intelectual, cidadão e dramaturgo



Lúcio Alcântara lembra luta contra censura

Aludindo às qualidades de intelectual, dramaturgo bem-sucedido e cidadão corajoso que se insurgiu contra a censura, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou em plenário sua tristeza pela morte de Dias Gomes. Em sua homenagem, o parlamentar afirmou que a carga de tristeza desse acontecimento atinge especialmente a Bahia, onde nasceu o dramaturgo.

Presidindo a sessão, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que a Mesa se associava às manifestações de pesar de Lúcio Alcântara. Ele também o classificou como uma das maiores figuras do país, seja como escritor, autor de novelas, intelectual e membro da Academia Brasileira de Letras.

Ao homenagear Dias Gomes, Lúcio Alcântara mencionou sua obra literária, lembrando que *O Pagador de Promessas* foi uma de suas mais fecundas criações, propiciando-lhe a Palma de Ouro no Festival de Cannes, em 1962. Também referiu-se às várias obras que "fizeram a alegria e o encantamento do povo brasileiro".

Nota de ACM lamenta perda

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, divulgou na manhã de ontem comunicado à imprensa, lamentando o falecimento do escritor Dias Gomes. Eis a íntegra da nota:

"O Brasil perde um de seus maiores intelectuais.

"Um escritor que tinha a grande

virtude de entender e de interpretar os sentimentos de seu povo.

"Baiano dos mais ilustres, embora afastado da terra, Dias Gomes sobe dignificá-la, merecendo, por isso também, o carinho da gente de sua terra.

Antonio Carlos Magalhães"

CAS também analisará o empréstimo junto ao BID

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai analisar mensagem presidencial que solicita autorização para contratação de crédito externo no valor de US\$ 2,2 bilhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento com o objetivo de custear o Programa de Reforma e Proteção Social do governo federal. A princípio, o assunto seria apreciado apenas pela Comissão de Assuntos Econômicos, mas requerimento de autoria da senadora Heloisa Helena (PT-AL), aprovado pelo plenário ontem, possibilitou o envio da matéria à CAS. A senadora quer que a Comissão ajude a definir a aplicação de recursos entre os 22 projetos do programa, como forma de facilitar a fiscalização pela sociedade:

— É preciso combater a hipocrisia do governo, que a todo o momento aprova empréstimos com a justificativa de que são para a área social, aumentando o endividamento externo, e ao mesmo tempo apresenta superávit primário à custa de cortes sociais. Queremos que a sociedade possa ver onde o dinheiro vai ser aplicado — defendeu a senadora petista.

Heloisa Helena informou que a CAS já aprovou requerimento de sua autoria convidando o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, a prestar esclarecimentos sobre a aplicação de recursos na área social.

Também favorável à análise da matéria pela CAS, o senador Lauro Campos (PT-DF) disse que a mensagem presidencial prevê a utilização de recursos para sustentar a estabilidade econômica. "Por estes US\$ 2,2 bilhões oferecidos ao Brasil serão pagos US\$ 3,4 bilhões em decorrência dos juros. Não há motivo para nos endividarmos mais. É bom que a CAS possa examinar esse desvio de recursos", alertou o senador.

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), recomendou o voto favorável de seu partido e louvou a destinação de recursos para projetos sociais. "É louvável que o governo tenha consignado tal volume de recursos para a área social", observou.

A mesma posição expressou a liderança do PFL. "Como se trata de um volume de US\$ 2,2 bilhões para a área social, é recomendável que a CAS se posicione sobre a matéria", afirmou o senador Edison Lobão (MA).



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1999

1

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 1995. Gilberto Miranda e outros. Altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho (juízes classistas). Parecer nº 190/99-CCI. Relator: Senador Jefferson Péres, oferecendo a redação para o segundo turno.

Resultado: Encerrado o segundo dia de discussão, em segundo turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o terceiro e último dia de discussão, e votação.

2

Requerimento nº 191, de 1999. Jefferson Péres. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 135, de 1994, e 19, de 1999, por versarem sobre a competência das juntas de conciliação e julgamento nos dissídios em que forem partes viajante ou agente.

Resultado: Aprovado. Os PLCs 135, de 1994, e 19, de 1999, passam a tramitar em conjunto e retornam à CAS.

3

Requerimento nº 194, de 1999. Heloisa Helena. Solicita, nos termos regimentais, que sobre a Mensagem nº 98, de 1999, através da qual o presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 2,2 bilhões entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar o Programa de Reforma e Proteção Social, no âmbito do programa de apoio financeiro internacional ao Brasil, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. Resultado: Aprovado. A Mensagem nº 98, de 1999, vai, também, ao exame da CAS.

CPI quebra sigilo de firma de ex-cunhado de Cacciola

Com capital de apenas R\$ 10 mil, a Teletrust, do Rio, teria lançado no exterior mais de R\$ 360 milhões em debêntures de empresas brasileiras. “É uma operação atípica”, diz o vice-presidente da CPI, José Roberto Arruda



João Alberto, relator da CPI, é o autor da proposta de quebra de sigilo da Teletrust Recebíveis

A CPI que investiga irregularidades no sistema financeiro decidiu ontem, por proposta do relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), quebrar sigilos telefônico, bancário e fiscal da empresa Teletrust Recebíveis, do Rio de Janeiro, que tem entre seus sócios Luís Carlos Barreti e Roberto Moisés, este ex-cunhado de Salvatore Cacciola, dono do Banco Marka. A empresa tem capital de apenas R\$ 10 mil, mas lançou no exterior mais de R\$ 360 milhões em debêntures de empresas brasileiras.

– Temos indícios de que a emissão das debêntures, num valor muitas vezes superior ao limite da lei, numa operação que teria sido coordenada pelo Banco Marka, foi no mínimo atípica. Isso tem de ser investigado com rigor – afirmou à imprensa o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), vice-presidente da CPI. Outras pessoas envolvidas com a Teletrust também tiveram sigilos quebrados.

O senador João Alberto informou após a reunião que a Polícia Federal já está ouvindo pessoas ligadas à Teletrust. O relator disse ainda que a CPI quer novas informações da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), pois também

existem indícios de que o Banco Marka não era o proprietário das Letras do Tesouro Nacional dadas como garantia nas operações de compra de dólar futuro na BM&F.

O relatório parcial que o senador João Alberto está preparando sobre a venda de dólares pelo BC aos bancos Marka e FonteCindam “não tipificará” os atos irregulares apontados, informou o próprio relator. “A tipificação ficará por conta do Ministério Público”, acrescentou.

A CPI decidiu ainda ontem pedir ao Ministério da Fazenda as informações da auditoria que levantou nos bancos oficiais todas as operações com a

Encol, para verificar se houve ou não irregularidades na concessão de empréstimos à construtora.

Hoje, integrantes da CPI terão uma audiência com o ministro da Justiça, senador licenciado Renan Calheiros, quando discutirão formas de acelerar o rastreamento de contas no exterior de propriedade de todos os envolvidos no caso Marka-FonteCindam.

Amanhã, às 10h, a CPI se reunirá para ouvir o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, sobre denúncias de que grandes bancos estrangeiros teriam sonegado impostos no ano passado. Maciel é convidado da CPI, e não convocado.

Velloso convida ACM para posse e defende mudanças no Judiciário

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a visita do ministro Carlos Velloso, que veio convidá-lo para comparecer a sua posse na presidência do Supremo Tribunal Federal, marcada para o dia 27. À saída, os dois deram entrevistas, e ressaltaram os pontos de convergência entre Legislativo e Judiciário.

– Queremos um Judiciário mais eficiente, e é o que o ministro Carlos Velloso também deseja, bem como o atual presidente do Supremo, ministro Celso de Mello. Se fizermos uma reforma do Judiciário, com a colaboração da CPI, todos ganharão – afirmou Antonio Carlos.

Já o ministro Velloso declarou:

– A reforma do Judiciário é assunto que me agrada muito. Saio daqui muito esperançoso. O presidente Antonio

Carlos me disse que está empenhado nisso. Vamos fazê-la. A sociedade brasileira quer, e merece, um Judiciário eficiente e uma prestação jurisdicional a tempo e a modo. Esta deve ser a grande missão daqueles que hoje dirigem os destinos desse país.

O futuro presidente do Supremo mencionou também a necessidade de atuação dos presidentes dos poderes para assegurar um bom relacionamento:

– Os poderes são independentes, mas harmônicos. Cabe a nós estabelecer essa harmonia – disse.

DISCRIÇÃO

Velloso caracterizou o comportamento da CPI do Judiciário como “discreto”, porque “seu trabalho tem se dado estritamente na faixa administrativa, da

construção de prédios, etc..”.

Ainda sobre a comissão, disse o presidente do Senado:

– A CPI está atuando exatamente nos termos em que foi convocada. Ela jamais examinará sentenças, porque não tem poder para tal, mas encaminhará o que for apurado ao Ministério Público, a fim de que a Justiça, afinal, decida – esclareceu o senador.

Antonio Carlos confirmou sua presença na posse de Velloso:

– Honrosamente aceitei o convite e irei assistir à posse. Os poderes, conforme o ministro já disse, são independentes, mas são harmônicos – afirmou.



Antonio Carlos Magalhães recebeu a visita de Carlos Velloso. Ambos manifestaram apoio a uma reforma do Poder Judiciário

Antonio Carlos pede ao governo federal socorro para Salvador

Ao registrar o deslizamento de terra provocado pelas chuvas na segunda-feira em Salvador (BA), que soterrou automóveis e pessoas, deixando mortos e feridos, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez um apelo ao governo federal para que se una aos governos estadual e municipal no sentido de minimizar os efeitos da tragédia sobre a cidade.

– Não tenho dúvida que o senhor

presidente Fernando Henrique admira a Bahia e os baianos. Mas nessa oportunidade ele poderá demonstrar este apreço e esta amizade aos baianos, socorrendo-os numa hora tão difícil. É este apelo que faço aqui ao governo federal para se juntar ao municipal e ao estadual, atendendo a Bahia, a cidade de Salvador, berço da nossa nacionalidade, que está necessitando mais do que nunca de apoio – afirmou.

O senador pela Bahia e presidente do Senado adiantou que tanto o governo estadual quanto a prefeitura de Salvador estão tomando as providências ao seu alcance para socorrer a população. Porém, ele acrescentou que os prejuízos causados pela chuva e pelo deslizamento ultrapassam o poder de atuação do estado e do município. “Por isso faço este apelo às autoridades federais, principalmente à área de defesa civil”, explicou.

Senador é indicado para cidadão honorário do PR

Antonio Carlos Magalhães, foi indicado para receber o título de Cidadão Honorário do Paraná, conforme o informou na manhã de ontem o deputado Anibal Coury, presidente da Assembléia Legislativa do estado. O deputado aproveitou a visita para falar com o senador sobre os planos de reestruturação e dinamização do PFL estadual.

Ao lado de deputados federais da

bancada paranaense e na condição de presidente regional do PFL, Coury manifestou seu apoio à movimentação política que pretende garantir o lançamento de um candidato do partido à Presidência da República, em 2002.

O deputado concordou em que “é cedo para falar em nomes”, acrescentando que queria declarar seu apoio ao senador Antonio Carlos Magalhães.



Ao lado do senador Carlos Wilson, o embaixador Luiz Sérgio Gama Figueira é sabatinado pelos senadores na Comissão de Relações Exteriores

Comissão de Relações Exteriores aprova novo embaixador na Arábia Saudita

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou por unanimidade, ontem, a indicação de Luiz Sérgio Gama Figueira para dirigir a embaixada do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, representar o Brasil junto ao Sultanato de Omã e à República do Iêmen. O indicado já exerceu diversos cargos de chefia no Itamaraty e serviu ao país em Washington, Tóquio, México, Cingapura, Nova Iorque, Bruxelas e Montevidéu, nos dois últimos postos como ministro conselheiro. A reunião foi

presidida pelo senador Carlos Wilson (PSDB-PE), vice-presidente da CRE.

Figueira explicou que a Arábia é um país estável política e economicamente, mas a crise econômica que atingiu o mundo também chegou lá e o reino já contabiliza um déficit de US\$ 13 bilhões em sua balança comercial, mas dispõe de reservas indeterminadas que devem variar de US\$ 15 bilhões a US\$ 30 bilhões. Segundo Luiz Sérgio, a Arábia está implementando cortes orçamentários e tem atrasado pagamentos, apesar do Pro-

duto Interno Bruto de US\$ 146 bilhões e uma renda *per capita* de US\$ 7.624.

Também foram aprovados dois acordos internacionais sobre transporte aéreo entre o Brasil e a África do Sul e entre o Brasil e Cingapura, com parecer favorável do relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO). A CRE aprovou ainda o Acordo de Cooperação Judiciária e Assistência Mútua em Matéria Penal, celebrado entre o Brasil e a Colômbia, com parecer favorável do relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

CAE encaminha à CCJ discussão dos precatórios

Por sugestão do senador Jader Barbalho, comissão será ouvida antes de decisão sobre projeto que trata do refinanciamento dos títulos públicos emitidos por estados e municípios após 13 de dezembro de 1995

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai examinar as implicações jurídicas do Projeto de Resolução nº 6, que trata do refinanciamento dos títulos emitidos para pagamento de precatórios. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), depois de intenso debate e a partir de uma proposta do senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB.

O projeto de resolução, de autoria do senador José Agripino (PFL-RN), modifica o artigo 12 da Resolução nº 78 do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, dos municípios e do DF. O relator na CAE é o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Na reunião, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou um voto em separado, propondo a nulidade dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios por estados e municípios após 13 de dezembro de 1995, justamente os que foram questionados como irregulares durante a CPI que investigou os precatórios.

A preocupação dos senadores foi a de que qualquer decisão que a CAE tomasse poderia ser questionada na Justiça. A proposta de Requião, segundo José Jorge (PFL-PE), levaria o Senado a uma disputa jurídica com o sistema financeiro, que questionaria a anulação da dívida por ser o credor dos empréstimos feitos aos estados e municípios:

— Há um impasse de natureza administrativa que deve ser solucionado, mas temos também uma indagação de ordem jurídica importante. Por esse motivo, acho que ouvir a CCJ é o caminho do bom senso — sugeriu Jader Barbalho.

Após a aprovação da proposta, o presidente da CAE, Fernando Bezerra (PMDB-RN), disse que a matéria, após submetida à CCJ, voltará à CAE para novo exame na próxima terça-feira.

Pela proposta de Requião, ficariam anulados todos os atos que embasaram as emissões irregulares e as respectivas autorizações nesse sentido feitas pelo próprio Senado. “Elas foram adotadas em cima de premissas falsas, em um processo fraudulento”, observou. Com a anulação desses títulos, automaticamente estados e municípios poderiam “repudiar integralmente a dívida oriunda dos títulos públicos emitidos irregularmente”, explicou Requião.

Já o substitutivo de Francelino propõe que os títulos emitidos após 13/12/95 para pagamento de precatórios judiciais poderão ser refinanciados em até 120 parcelas iguais e sucessivas, desde que os estados e municípios envolvidos comprovem que tomaram providências judiciais para o ressarcimento dos valores referentes a deságios concedidos e taxas pagas. Estão nessa situação Santa Catarina, Pernambuco, Alagoas e os municípios de Guarulhos e Campinas.

Tanto Francelino como Agripino res-



Debate na CAE foi intenso, em virtude das possíveis implicações jurídicas

saltaram que a proposta é importante para que esses estados e municípios possam ter governabilidade, já que não teriam condições de pagar suas dívidas com a emissão desses títulos. Jorge Bornhausen (PFL-SC) e José Jorge também defenderam o substitutivo.

Luiz Otávio (PPB-PA), Roberto Freire (PPS-PE), Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Osmar Dias (PSDB-PR) questionaram o substitutivo de Francelino. À exceção de Osmar Dias, esses senadores manifestaram-se favoravelmente ao voto em separado de Requião. A maior preocupação dos parlamentares é de que a proposta abra possibilidade para os estados e municípios envolvidos com esses papéis voltarem a emitir títulos para pagamento de precatórios, para rolagem das dívidas, anulando, dessa forma, as providências tomadas pela CPI.

Programa estimula fontes de energia renovável

Parecer favorável do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) ao projeto que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier) foi aprovado ontem pela CAE. O projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) ainda deverá ser apreciado pelo plenário.

Pela proposta, o programa

deverá promover o desenvolvimento das energias termossolar, fotovoltaica e eólica, com o objetivo de estimular a produção e utilização dessas energias, bem como reduzir o consumo de eletricidade e incentivar o estabelecimento de cooperativas de produtores e usuários de energias solar e eólica.

O Pier contará com recursos orçamentários e empréstimos a serem obtidos junto a agências nacionais e internacionais de fomento, de acordo com o projeto, e também com recursos de alienação de empresas de energia elétrica sob controle acionário da União ou de ativos patrimoniais das

mesmas, no montante de 10% do apurado em cada parcela.

A gestão das aplicações dos recursos do programa, segundo a proposta de Lobão, deverá ser feita por um conselho diretor, composto por 12 pessoas, sendo seis indicadas pelo Executivo, nas áreas de ciência e tecnologia, meio ambiente, energia elétrica, indústria e comércio, assuntos estratégicos e habitações populares. Outras seis pessoas deverão ser indicadas por representantes da sociedade interessados na proteção ambiental e promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.



Edison Lobão, autor da proposta: mais estímulo

Carro para deficiente pode ter isenção de IPI

A CAE aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei complementar de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos adaptados para paraplégicos e deficientes físicos. A matéria ainda será submetida ao plenário.

O relator da proposta é o senador José Fogaça (PMDB-RS), que elaborou substitutivo e aceitou uma emenda supressiva apresentada pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), retirando a exigência de prévia autorização da Se-

cretaria de Receita Federal para a concessão do benefício.

De acordo com o substitutivo, ficam isentos do IPI os automóveis de passageiros e os veículos de uso misto, de fabricação nacional, com até 127 HP de potência bruta, que apresentem características especiais próprias para os motoristas portadores de deficiência física, impedidos de dirigir veículos comuns. Entre as características especiais, estão o câmbio automático ou hidramático e a direção hidráulica.

O imposto incidirá normalmente sobre quaisquer acessórios opcionais que

não sejam equipamentos originais do veículo adquirido, não se considerando opcionais as partes, peças e acessórios que confirmam ao veículo as características especiais previstas no projeto.

O benefício da isenção do IPI poderá ser utilizado, de acordo com o substitutivo, a cada três anos. Para conseguir a isenção do imposto, o adquirente deverá apresentar laudo de perícia médica fornecido pelo Departamento de Trânsito do estado onde reside, especificando o tipo de defeito físico e atestando a total incapacidade para dirigir automóveis comuns.

CE define novas regras para estágio estudantil

A Comissão de Educação aprovou ontem substitutivo favorável da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) a projeto da Câmara, atribuindo à entidade pública ou privada concedente de estágio a obrigação de zelar pelas atividades dos estagiários, com a supervisão da instituição de ensino em que o estudante esteja matriculado. A matéria segue para o plenário.

O principal objetivo da proposta, segundo a relatora, é impedir que o estágio ocorra em condições inadequadas, evitando-se distorções, como utilização do estagiário como mão-de-obra barata ou sua designação para tarefas desvinculadas de sua área de conhecimento. Emilia ressaltou que tem crescido o número de denúncias dando conta de que muitas empresas acabam usando o estagiário até como *office-boy*.

Emilia Fernandes destacou que o estágio curricular é um período fundamental na formação do aluno por ser uma oportunidade de colocar em prática os conhecimentos teóricos aprendidos em sala de aula. Em seu substitutivo

ela mudou o projeto original porque o seu autor, deputado Paulo Paim, havia proposto acrescentar artigo à Lei 6.494, que foi revogada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Mesmo concordando com o projeto “em essência,” o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) mostrou-se preocupado com a possibilidade da LDB ter ou não poder de sanção para obrigar as empresas a realizarem a fiscalização proposta.

O senador disse que com a aprovação dessa matéria, “talvez haja o risco das empresas recuarem na oferta de estágios, tendo em vista as obrigações curriculares que terão de ser cumpridas pelos estagiários”.

Emilia assegurou que o projeto não avança mais do que a LDB já avançou em seu artigo 82, onde está selado o compromisso com as empresas para a fiscalização das atividades dos estagiários. “Estamos complementando o que a LDB estabelece”, disse ela.



Emilia: denúncias de estagiários sendo usados como *office-boys*

Senadores renovam concessões

Na mesma reunião, a comissão aprovou parecer favorável à renovação da concessão de mais 14 emissoras de rádio. O presidente da comissão, senador Freitas Neto (PFL-PI), comunicou a instalação de uma subcomissão de rádio e televisão, para a qual os partidos deverão indicar seus representantes.

A senadora Emilia Fernandes aplaudiu a medida, afirmando que assim a CE terá meios de avaliar com mais profundidade as solicitações de concessão e renovação de estações de rádio e TV.

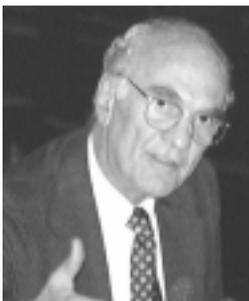
São as seguintes as rádios cujos pedidos agora serão apreciados pelo plenário: Rádio Capital do Som,

de Campo Grande (MS); Fundação Navegantes de Porto Lucena, de Porto Lucena (RS); Rádio FM Sete Colinas, de Garanhuns (PE); Fundação Cultural S. Francisco de Assis, de Siqueira Campos (PR); Rádio Difusora, de Londrina (PR); Sociedade Rádio Ametista, de Planalto (RS); Rádiodifusão Assisense, de Assis (SP); Rádio Difusora Santarritense, de Santa Rita do Sapucaí (MG); Fundação São José do Paraíso, de Paraisópolis (MG); Rádio Clube de Varginha, de Varginha (MG); Rádio Clube de Mococa, de Mococa (SP); Rádio Osório, de Osório (RS); Rádio Visão, de Uberlândia (MG), e Rádio Televisão de Uberlândia (MG).

Saturnino destaca ênfase de jornal à área de educação

Em discurso no plenário, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) propôs voto de louvor ao jornal *Folha Dirigida*, por sua iniciativa de realizar, juntamente com a Academia Brasileira de Letras, o seminário "A Língua Portuguesa, os seus Desafios e Soluções".

Para Saturnino, a iniciativa "é altamente louvável sob todos os pontos de vista, seja sob o prisma da questão educacional, como também pelo enfoque à língua portuguesa". Ele afirmou que o jornal vem se pautando "pela defesa da melhoria dos serviços



Saturnino propôs voto de louvor para o jornal *Folha Dirigida*

de educação no país".

O senador informou que todo o conteúdo do seminário foi publicado em um caderno editado no n.º 707 do jornal, sendo divulgado, assim, em todo o país.

O jornal, sediado no Rio de Janeiro, traz informações sobre a realização de concursos, tendo, por isso, circulação nacional.

O seminário, realizado durante dois dias, teve a coordenação dos acadêmicos Arnaldo Niskier e Tarcísio Padilha e contou com a participação de cerca de 450 pessoas.

Maguito reclama do estado das estradas federais

Ao comentar notícias da imprensa de Goiás de que no último fim de semana foram registrados 28 acidentes, com dois mortos, nas estradas federais do estado, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse ontem que pretendia com seu discurso denunciar "o descabro do governo federal para com as estradas brasileiras". O senador informou que foi testemu-



Maguito disse que não aceita explicação da falta de recursos

nhar pessoalmente a situação das rodovias em seu estado. Segundo ele, as BRs 060 e 364, nos trechos entre Jataí, Mineiros e Santa Rita do Araguaia, estão intransitáveis.

Maguito lembrou que sempre se comprometeu em levar aos ministérios os problemas da população, mas observou que se não forem tomadas as devidas providências para resolvê-

los, irá denunciá-los na tribuna do Senado. O senador disse que a culpa não é do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, que já explicou não ter recursos para tapar buracos:

— Eu pergunto que respeito o governo tem para com seu povo se não tem condições de tapar buracos, permitindo que todos os dias pessoas estejam perdendo suas vidas nas estradas. É uma situação desconfortável para mim, como senador, e para os políticos de uma forma em geral, porque não temos mais como justificar. Eu não tenho mais coragem porque o povo vai me perguntar: "Mas não teve dinheiro para salvar banqueiros?" — protestou Maguito Vilela.

Suassuna critica proposta de concentrar impostos na União

Senador endossa conclusões dos governadores e diz que reforma tributária deve contemplar as necessidades das regiões Norte e Nordeste

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) registrou ontem o protesto dos governadores do Norte e do Nordeste que se reuniram em João Pessoa na semana passada. "Não estamos aqui para formar um exército de incomformados mas, no momento em que se ultima a reforma tributária, queremos participar do debate para não sermos surpreendidos pelo irremediável", disse, citando carta do governador da Paraíba, José Maranhão.

Segundo Suassuna, o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), a Lei Kandir e o Fundef (Financiamento do Ensino Fundamental), somados às amortizações das dívidas da Paraíba, representaram uma sangria financeira de quase R\$ 1,2 bilhão. "É a burocracia brasileira cumprimentando a nação brasileira usando o nosso chapéu de couro", afirmou, citando o governador.

Ney Suassuna destacou três proposições em debate na Comissão Especial de

Reforma Tributária da Câmara dos Deputados, entre elas a concentração de 95% do bolo fiscal arrecadado nas mãos da União, cabendo aos estados e municípios a faculdade de participar apenas da fiscalização. "Se isso vier a acontecer, será o tiro de misericórdia no princípio da federação", observou.

Ele mencionou ainda a possibilidade de cancelamento imediato de todos os incentivos fiscais, dizendo que não é justo fazê-lo "agora que, finalmente, os estados do Norte e Nordeste estão se beneficiando disso".

Segundo informou, nos últimos cinco anos, a Paraíba atraiu investimentos de R\$ 2 bilhões, gerando 50 mil empregos diretos. "Os estados mais desenvolvidos há décadas utilizam o privilégio dos favores



Suassuna é contra o fim dos incentivos fiscais para as regiões mais carentes

fiscais da União", lembrou.

Um terceiro ponto da reforma, a cobrança do imposto na unidade federada de consumo, beneficia o Norte e Nordeste, disse Suassuna. "Com isso, a cobrança de 7% a 12% do imposto seria eliminada nos estados produtores", explicou.

O senador disse que o documento final da reunião dos governa-

dores será enviado ao presidente Fernando Henrique Cardoso. E completou:

— Embora estejamos no terceiro ano de seca, não estamos pleiteando a comisseração nacional. Queremos o justo, nas palavras que prometem, mas também o justo nos números que resultam de toda a soma nacional. É assim que se afirma o verdadeiro pacto federativo.

Dutra condena decreto de FHC que vinculou aposentadoria a idade

O decreto que obriga a conjugar idade com tempo de serviço para concessão de aposentadoria foi severamente criticado ontem pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Trata-se, para ele, de "clara afronta à decisão da Câmara dos Deputados".

O texto da reforma da Previdência relaciona as exigências para a aposentadoria, separando-as por ponto-e-vírgula. Dutra disse que o texto constitucional anterior apresentava a mesma redação.

— Ninguém nunca pensou em interpretar esse ponto-e-vírgula como determinante de exigências cumulativas — comentou o senador sergipano.



Para Dutra, decreto foi uma "clara afronta à decisão da Câmara"

Ele também criticou a declaração do consultor jurídico do ministério da Previdência, José Bonifácio Andrada, que, conforme o jornal *O Globo*, disse ser questionável o argumento de que "o Congresso que rejeitou a idade mínima é o da legislatura passada", porque "muitos dos novos parlamentares são a favor".

"Sob este argumento poderiam ser revistas a alteração do monopólio estatal do petróleo ou a reforma administrativa", afirmou Dutra. Ele se disse espantado com o fato de o senador licenciado e ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, "um parlamentar", ter permitido o decreto.

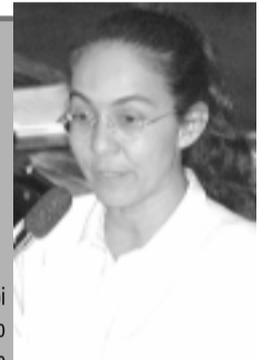
Sai segundo número de revista editada pelo gabinete de Távola

Foi lançada a segunda edição da revista *Contato*, publicação trimestral do gabinete do senador Artur da Távola (PSDB-RJ). A revista, que é uma coletânea de textos do senador, de professores e de materiais diversos recebidos pelo gabinete, enfatiza a interface comunicação-arte-educação, tratando também da atuação do senador nessas áreas. A primeira edição saiu em novembro de 98.

A publicação, com 200 páginas e uma tiragem de 3 mil exemplares, tem distribuição gratuita, sendo enviada a universidades, bibliotecas e formadores de opi-

nião. Os textos que compõem a revista também podem ser encontrados na página do senador na Internet.

Contato nasceu como uma homenagem a um informe de distribuição restrita, do então senador Darcy Ribeiro, *Carta*. O projeto contou com a colaboração de diversas pessoas. Entre elas, a professora Ângela de Faria Vieira, do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o consultor legislativo do Senado, professor universitário e escritor Rubem Martins Amorese.



Heloísa Helena foi a autora do requerimento

Senado aprova requerimento de homenagem a jornalista

Atendendo a requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL), o plenário aprovou homenagem ao jornalista Noaldo Dantas, falecido em Alagoas. Conforme as tradições do Senado, serão apresentadas condolências à família e ao estado.

Ao encaminhar a votação, a senadora afirmou que "o céu estará mais alegre, a partir de hoje, com a presença de Noaldo Dantas". Ela contou que conheceu o jornalista quando, visitando um amigo num hospital, viu entrar no quarto um velho de 70 anos, vestindo *shorte* camiseta, que se dedicou a contar histórias da política alagoana. O velho, também paciente do hospital, era Noaldo Dantas.

Emocionada, a senadora expressou em plenário sua amargura com o falecimento do jornalista, dizendo que exprimia o sentimento de todos os alagoanos. Ela leu a poesia "O Dia em que Deus criou Alagoas", de Noaldo Dantas. E afirmou que, nesse texto, o autor deixa claro que a tristeza e humilhação do povo alagoano não são responsabilidade de Deus, mas das elites do estado.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Biodança
7h30 — *Especial Unip* — Tratamento de reumatismo
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Saúde Todo Dia* — Vôlei
8h30 — *Jornal do Senado*
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — Comissão de Assuntos Sociais (vivo)
Logo após — Comissão de Constituição e Justiça (gravada)
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — *CPI do Judiciário*
21h — *Jornal do Senado*
21h15 — *Agenda Econômica* — O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha fala sobre a malha rodoviária nacional e os investimentos para 99
21h55 — *Senado em Pauta*
22h — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
9h — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — "A Voz do Brasil"
Em seguida — Música e informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida — Música e informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação

Ademir sugere punição contra trabalho escravo

Na tentativa de coibir o trabalho escravo, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou em plenário, ontem, projeto de lei que permite a desapropriação imediata de imóveis onde se constate a existência de escravidão. O projeto também prevê a expropriação das terras onde forem encontradas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, sem qualquer indenização ao proprietário.



Projeto de Ademir desapropria imóvel onde há escravidão

Em defesa do projeto, o senador disse que a Constituição brasileira vincula o direito da propriedade ao cumprimento da sua função social.

Mas ele observou que é necessário aperfeiçoar alguns dispositivos da lei que regulamenta a desapropriação. "Não estão previstas ali medidas que coibam o descumprimento das disposições que regulam as relações de trabalho e que garantam a exploração que favoreça o bem-estar dos trabalhadores", disse.

Eleições em Israel são um exemplo a seguir, diz Freire

O senador Roberto Freire (PPS-PE) considerou a vitória do Partido Trabalhista, em Israel, um exemplo a ser seguido. "Pais espremido por dificuldades econômicas e políticas, não recorreu a nenhuma lei eleitoral nova para mudar de orientação política. Não criou cláusulas de barreira nem



Freire: contra lei eleitoral proposta pelo PSDB e pelo PFL

pretendeu extinguir partidos. Deixou a cidadania fluir, e a política e a democracia triunfaram", destacou.

Para Freire, o Brasil está fazendo o contrário. "Nossos outrora homens de esquerda, além de aprofundar alianças com o liberalismo envelhecido, buscaram também envelhecer a política. As propostas de reforma política apresentadas por parlamentares do PSDB e do PFL dão bem a demonstração disso", disse.

Em apertados, Eduardo Suplicy (PT-SP) e Roberto Saturnino (PSB-RJ) saudaram o resultado das eleições em Israel.

Álvaro Dias propõe redução do número de parlamentares

Proposta prevê a diminuição do total de deputados federais, estaduais e vereadores, estabelecendo a representação proporcional da população

Com o objetivo de reestruturar o Parlamento, tornando-o mais ágil, econômico e representativo, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ontem uma proposta de alterações radicais do Poder Legislativo nos planos federal, estadual e municipal. "É doloroso cortar na carne, mas necessário, num momento em que se exige tanto sacrifício da população", afirmou Álvaro.



Álvaro: "É doloroso cortar na carne, mas nesse momento é necessário"

A proposta reduz de 513 para 405 o número de deputados federais, mantendo o atual limite máximo de 70 deputados federais por bancada estadual e diminuindo o limite mínimo de oito para quatro deputados. Ele quer aplicar no Legislativo a

proporcionalidade populacional.

Álvaro propõe que a representação nas assembleias legislativas e na Câmara Legislativa do DF seja o triplo do número de membros das bancadas na Câmara dos Deputados. Para as câmaras de vereadores, ele propõe regra que mantém os limites máximos no número de vereadores, em função da população municipal, e novos limites nos

quantitativos de vereadores.

Em defesa de três propostas de emenda constitucional e um projeto de lei complementar, que reúnem suas idéias, Álvaro Dias argumentou que deseja, sobretudo, valorizar o Poder Legislativo, tornando-o

mais capaz e eficiente. O senador lembrou que o estado brasileiro de menor população, Roraima, tem cerca de 260 mil habitantes e oito deputados, cada um representando cerca de 32.500 habitantes, enquanto os deputados federais de São Paulo representam, cada um, cerca de 500 mil habitantes. "Temos aqui, sem dúvida, grande disparidade", sustentou.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse que essa é uma visão míope da questão, que leva em conta unicamente números e não como vivem as comunidades dos estados menos populosos. Gerson Camata (PMDB-ES) argumentou que São Paulo é economicamente forte e que o governo federal já faz tudo para manter os estados periféricos na periferia. Roberto Freire (PPS-PE) pediu a Álvaro para não usar o argumento de que a mudança trará economia, dizendo que democracia não se discute com argumentos econômicos.

Moreira aponta aumento abusivo de vacina

Ao registrar que nos últimos seis meses as vacinas contra febre aftosa sofreram um aumento de preços entre 100% e 120%, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) denunciou a cartelização das indústrias farmacêuticas que produzem esse tipo de vacina. Para resolver o problema, ele sugeriu a liberação de alíquotas dos impostos incidentes sobre a importação, de maneira a permitir a entrada de similares estrangeiros a preços mais justos para o produtor.

— Injustificadamente e sem nenhum escrúpulo, as empresas aumentaram o pre-

ço da vacina, que em dezembro de 1998 oscilava entre R\$ 0,25 e R\$ 0,35, para R\$ 0,60 e R\$ 0,80 em maio deste ano. Esta é uma clara demonstração de que pretendem mesmo é manter o rebanho nacional infectado, para que possam continuar vendendo o seu produto, mantendo o Brasil na condição de terceiro mundo no que se refere à sanidade animal — comentou Moreira Mendes.



Segundo Moreira, vacinas contra aftosa dobraram de preço

Entre as empresas fabricantes das vacinas contra febre aftosa que integrariam um suposto cartel, Moreira Mendes citou a Bayer S/A, Coopers Brasil Ltda., a Hoechst Roussel Vet S/A, Laboratórios Pfizer Ltda., Merial Saúde Animal Ltda. e Vallée S/A. O senador lembrou que o aumento ocorreu em maio, mês em que todo o Brasil promove a vacinação do rebanho.

Osmar cobra estímulo à produção rural

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) fez ontem apelo por uma política governamental mais favorável à agricultura. "A imprensa está dizendo que os agricultores vão ganhar muito dinheiro com a desvalorização do real. Não é verdade, os preços das commodities estão em baixa e, ao contrário, os preços dos insumos para a agricultura, fertilizantes e sementes estão em alta", afirmou.

Para minorar o problema, Osmar disse que vai apresentar projeto de lei rompendo o atual monopólio de importação de insumos agrícolas pelas grandes empresas. "Também proponho ao governo que zere essa alíquota de impor-



Osmar Dias destacou a queda dos preços agrícolas, enquanto os insumos sobem

tação, para baratear os preços dos fertilizantes. Ao tomar essa medida em relação aos insumos farmacêuticos, o governo conseguiu frear a escalada de preços dos remédios", explicou.

Segundo Osmar, a informação de que a agricultura cresceu 17% entre o último trimestre de 98 e o primeiro semestre de 99 está sendo interpretada equivocadamente. "Estão comparando um trimestre de colheita com um trimestre de início de comercialização. Não está havendo enriquecimento dos agricultores. Ao contrário. A agricultura arca, no Brasil, com tributos pesados (34%) e está competindo com países de carga tributária muito menor, como a Argentina (18%)

e Chile (14%)."

Para ele, uma política agrícola que inclua crédito e insumos mais baratos trará duas vantagens: a criação de empregos e a fixação do homem no campo, impedindo o êxodo rural e o inchaço das cidades. "Fala-se muito de incentivar a construção civil. Isso é ótimo, mas o setor é responsável por 4 milhões de empregos, enquanto a agricultura gera 18 milhões de empregos diretos e mais 18 milhões indiretos."

Em apertados, Ernandes Amorim (PPB-RO), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Heloisa Helena (PT-AL), Maguito Vilela (PMDB-GO), Arlindo Porto (PTB-MG) e Luiz Estevão (PMDB-DF) apoiaram o discurso de Osmar. Para Brairo Maggi (sem partido-MT), o governo deveria retomar as políticas de preços mínimos e formação de estoques reguladores para dar segurança aos produtores, estimulando-os a aumentar a área plantada.

Amorim quer crédito externo para a agricultura

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) anunciou ontem que apresentou projeto autorizando a captação de recursos no mercado externo para aplicação na atividade rural, "já que o governo federal não dispõe de recursos para atender aos agricultores". Segundo Amorim, muitos fazendeiros estão hoje com suas terras abandonadas por falta de investimentos. Ele destacou a necessidade de oferecer à agricultura juros compatíveis com os de outros países.

Ernandes Amorim explicou que o projeto prevê a captação dos recursos por instituições financeiras para repasse aos produtores rurais, como também o acesso direto dos produtores rurais ao mercado financeiro externo. A proposta estabelece também prazo mínimo de amortização de um ano e limita em 90 dias o prazo em que os bancos podem ficar com o dinheiro aplicado em outras atividades, antes da destinação ao financiamento da agricultura.



Amorim: projeto compensa falta de crédito interno

Mauro elogia programa do governo Roriz

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) destacou a implantação, pelo governo do Distrito Federal, do Pró-Família, um programa destinado à suplementação alimentar de pessoas carentes que prevê a distribuição diária de pães e leite a mais de 70 mil famílias. O programa também vai distribuir cestas básicas à população de baixa renda.

Segundo informou Mauro Miranda, o governo Joaquim Roriz distribuirá diariamente 140 mil pães vitaminados, o que aumentará os carboidratos na dieta das crianças.

Para ele, o Pró-Família também vai aquecer as vendas das padarias cadastradas que irão fornecer os pães, representando um incremento médio de 7%. Em algumas delas, o aumento será de 30%.



Mauro Miranda